



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA
REPUBLICA**

Ofício n.º 479/1ª –CACDLG (Pós RAR) /2009

Data: 24-06-2009

**ASSUNTO: Proposta de Lei n.º 278/X/4ª (GOV) – Texto final e relatório da
discussão e votação na especialidade.**

Para os devidos efeitos, junto se envia texto final, relatório da discussão e votação na especialidade e propostas de alteração da **Proposta de Lei n.º 278/X/4ª (GOV)** – “*Estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal*”, aprovado na reunião de 23 de Junho de 2009 da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, registando-se a ausência do BE e do PEV.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão



(Osvaldo de Castro)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões CACDLG	
N.º Único	<u>317524</u>
Entrada/Saída n.º	<u>479</u> Data: <u>24/06/2009</u>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

RELATÓRIO DA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO NA ESPECIALIDADE
DA PROPOSTA DE LEI N.º 278/X

ESTABELECE AS CONDIÇÕES E OS PROCEDIMENTOS A APLICAR PARA
ASSEGURAR A INTEROPERABILIDADE ENTRE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
DOS ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL

1. A Proposta de Lei em epígrafe, da iniciativa do Governo, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 4 de Junho de 2009, após aprovação na generalidade.
2. Apresentaram propostas de alteração à Proposta de Lei os Grupos Parlamentares do PS, em 8 e em 15 de Junho, do CDS/PP, em 15 de Junho e do PSD, em 23 de Junho de 2009.
3. Na sua reunião de 23 de Junho de 2009, na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares, à excepção do BE e do PEV, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei, tendo intervindo no debate os Senhores Deputados Helena Terra (PS), Fernando Negrão (PSD), António Filipe (PCP) e Nuno Magalhães (CDS/PP), de que resultou o seguinte:

◆ **Artigo 3.º**

- Proposta de aditamento de um novo n.º 3 (correspondendo ao n.º 3 do artigo 10.º, cuja eliminação ali se propõe, uma vez que se considera um princípio a integrar nesta sede), apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – Aprovada por unanimidade, na ausência do BE e do PEV;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- Remanescente (redacção da Proposta de Lei) – n.º 1 – Aprovado com votos a favor do PS, contra do PCP e a abstenção do PSD e CDS/PP; n.º 2 - Aprovado por unanimidade, na ausência do BE e do PEV; n.º 3 (que passa a n.º 4) – Aprovado com votos a favor do PS e do PSD, contra do PCP e a abstenção do CDS/PP; n.º 5 - Aprovado por unanimidade, na ausência do BE e do PEV;

◆ **Artigo 4.º**

- alínea c) do n.º 1 - Proposta de substituição apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – Aprovada com votos a favor do PS, contra do PCP e a abstenção do PSD e do CDS/PP, na ausência do BE e do PEV;

- Remanescente (redacção da Proposta de Lei) – Aprovado com votos a favor do PS, contra do PCP e a abstenção do PSD e do CDS/PP;

◆ **Artigo 5.º**

- n.º 3 - Proposta de substituição apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – Aprovada com votos a favor do PS, contra do PCP e a abstenção do PSD e do CDS/PP, na ausência do BE e do PEV;

- Remanescente (redacção da Proposta de Lei) – n.º 1 - Aprovado com votos a favor do PS, contra do PSD, do PCP e do CDS/PP; n.º 2 - Aprovado com votos a favor do PS, contra do PCP e a abstenção do PSD e do CDS/PP;

◆ **Artigo 7.º**

- n.º 4 - Proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP – Rejeitada com votos a favor do PSD, PCP e CDS/PP e contra do PS, na ausência do BE e do PEV;

- Remanescente (redacção da Proposta de Lei) – n.ºs 1 e 2 - Aprovados com votos a favor do PS e do PCP e a abstenção do PSD e do CDS/PP; n.º 3 - Aprovado com votos a favor do PS, do PSD e do PCP e contra do CDS/PP;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- ◆ **Artigo 8.º (novo), incluindo aperfeiçoamentos legísticos no n.º 1 e no n.º 7 e correcção da numeração do artigo**
 - **Proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS –**
Alínea e) do n.º 5 – Aprovada com votos a favor do PS e CDS/PP e contra do PSD e do PCP, na ausência do BE e do PEV;
Remanescente - Aprovada com votos a favor do PS, contra do PSD e do PCP e a abstenção do CDS/PP, na ausência do BE e do PEV;
- ◆ **Artigo 7.º-A**
 - **Proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD –**
Alínea e) do n.º 4 - Rejeitada com votos contra do PS e a favor do PSD, PCP e CDS/PP, na ausência do BE e do PEV;
Remanescente - Rejeitada com votos a favor do PSD e PCP, a abstenção do CDS/PP e contra do PS, na ausência do BE e do PEV;
- ◆ **Artigo 8.º (que passa a 9.º, em consequência do aditamento anterior)**
 - **Proposta de substituição apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD –**
Alínea a) do n.º 1 e n.º 3 – Aprovada com votos a favor do PS, PSD e CDS/PP e contra do PCP, na ausência do BE e do PEV;
- Remanescente (redacção da Proposta de Lei) - Aprovado com votos a favor do PS e do PSD, contra do PCP e a abstenção do CDS/PP;
- ◆ **Artigo 9.º**
 - **Proposta de substituição do n.º 4, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD –**
- Rejeitada com votos contra do PS e a favor do PSD, CDS/PP e PCP, na ausência do BE e do PEV;
- Remanescente (redacção da Proposta de Lei) - Aprovado com votos a favor do PS,, contra do PCP e a abstenção do PSD e do CDS/PP;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

◆ **Artigo 10.º**

- *Proposta de eliminação do n.º 3, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD –*
- *Aprovada por unanimidade, na ausência do BE e do PEV;*
- *Proposta de aditamento do n.º 4 (incluindo a eliminação oral do inciso “afecte interesses essenciais da segurança nacional”), apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP – Rejeitada com votos contra do PS e a favor do PSD, PCP e CDS/PP, na ausência do BE e do PEV;*
- *Remanescente (redacção da Proposta de Lei) – n.ºs 1 e 2 - Aprovado com votos a favor do PS, contra do PCP e a abstenção do PSD e do CDS/PP;*

◆ **Artigo 13.º**

- *Proposta de substituição do n.º 1, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP – Rejeitada com votos contra do PS e a favor do PSD, CDS/PP e PCP, na ausência do BE e do PEV;*
- *Remanescente (redacção da Proposta de Lei) – n.ºs 1 e 2 - Aprovado com votos a favor do PS e do PCP e a abstenção do PSD e do CDS/PP;*

◆ **Artigo 15.º**

- *Proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – considerada prejudicada pela rejeição de proposta anterior;*

◆ **Artigo 15.º (Novo)**

- *Proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – Aprovada com votos a favor do PS e do PSD e a abstenção do PCP e do CDS/PP, na ausência do BE e do PEV;*

◆ **Artigo 16.º**

- *Proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – considerada prejudicada pela rejeição da proposta para o artigo 7.º-A;*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- ◆ **ARTIGOS 1.º a 14.º (articulado remanescente) - na redacção da Proposta de Lei –**
 - **Artigos 1.º, 2.º, 6.º e 11.º - aprovados com votos a favor do PS, contra do PCP e a abstenção do PSD e do CDS/PP;**
 - **Artigo 12.º - aprovado com votos a favor do PS, do PSD e do PCP e a abstenção do CDS/PP;**
 - **Artigo 14.º - n.ºs 1 e 2 - aprovados com votos a favor do PS e contra do PSD, do PCP e do CDS/PP; n.º 3 - aprovado com votos a favor do PS, contra do PCP e a abstenção do PSD e do CDS/PP.**

4. Segue em anexo o texto final da Proposta de Lei n.º 278/X e as propostas de alteração apresentadas.

Palácio de São Bento, em 23 de Junho de 2009

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Osvaldo de Castro)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

TEXTO FINAL DA

PROPOSTA DE LEI N.º 278/X

***ESTABELECE AS CONDIÇÕES E OS PROCEDIMENTOS A APLICAR PARA
ASSEGURAR A INTEROPERABILIDADE ENTRE SISTEMAS DE
INFORMAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL***

TÍTULO I

Objecto e definições

Artigo 1.º

Objecto

A presente lei aprova as condições e os procedimentos a aplicar para instituir o sistema integrado de informação criminal, de acordo com o disposto no artigo 11.º da Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto, através da implementação de uma plataforma para o intercâmbio de informação criminal que assegure uma efectiva interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal.

Artigo 2.º

Plataforma para o intercâmbio de informação criminal

- 1 - É criada a plataforma para o intercâmbio de informação criminal por via electrónica entre os órgãos de polícia criminal, adiante abreviadamente designada por plataforma.
- 2 - A plataforma tem por objectivo assegurar um elevado nível de segurança no intercâmbio de informação criminal entre os órgãos de polícia criminal, para efeitos de realização de acções de prevenção e investigação criminal, com vista ao reforço da prevenção e repressão criminal.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Artigo 3.º

Princípios

- 1 - Os sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal são independentes uns dos outros e geridos por cada entidade competente de acordo com o quadro legal especificamente aplicável, devendo, todavia, ser adoptadas todas as medidas necessárias para assegurar a interoperabilidade regulada pela presente lei, com vista a possibilitar a partilha de informação através da plataforma.
- 2 - Os elementos dos órgãos de polícia criminal e as autoridades judiciais devidamente autorizados têm acesso a informação criminal contida nos sistemas de informação a que se refere o número anterior em relação às matérias que, cabendo no âmbito das respectivas atribuições e competências, tiverem, em cada caso, necessidade de conhecer.
- 3 - O fornecimento de dados e informações deve limitar-se àquilo que for considerado relevante e necessário para o êxito da prevenção ou investigação criminal no caso concreto.
- 4 - O acesso aos sistemas de informação e o tratamento das matérias aí recolhidas fazem-se de acordo com o disposto na presente lei e na demais legislação aplicável.
- 5 - As pessoas que, no exercício das suas funções, tenham tido acesso aos sistemas de informação de órgãos de polícia criminal estão obrigadas a sigilo profissional, mesmo após o termo daquelas.

TÍTULO II

Intercâmbio de dados e informações

Artigo 4.º

Composição da plataforma

- 1 - À plataforma para o intercâmbio de informação criminal cabe assegurar:
 - a) A componente de segurança;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- b) Uma interface de acesso uniforme para cada órgão de polícia criminal;
 - c) Uma componente técnica de apoio aos interfaces e ao acesso à informação;
 - d) Uma componente de indexação, pesquisa e relacionamento de dados.
- 2 - As comunicações necessárias ao regular funcionamento da plataforma são efectuadas numa rede virtual cifrada dedicada.

Artigo 5.º

Responsabilidades

- 1 - Compete ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna garantir a implementação e coordenação geral da plataforma e, em especial, assegurar as funcionalidades de intercâmbio de informação, bem como a supervisão e segurança global da plataforma.
- 2 - Cada órgão de polícia criminal deve assegurar o regular funcionamento dos seus sistemas de informação, bem como contribuir para a operacionalidade da plataforma.
- 3 - A criação e a gestão da rede virtual cifrada dedicada através da qual deve ser realizado o intercâmbio seguro de dados entre os utilizadores da plataforma são da responsabilidade conjugada dos serviços de informática e comunicações dos órgãos de polícia criminal.

Artigo 6.º

Segurança da plataforma

As entidades referidas no artigo anterior adoptam, de forma conjugada, as medidas necessárias, incluindo um plano de segurança, para:

- a) Proteger fisicamente os dados, inclusive elaborando planos de emergência para proteger as infra-estruturas essenciais;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- b)* Impedir o acesso de qualquer pessoa não autorizada às instalações utilizadas para o tratamento de dados pessoais (controlo da entrada nas instalações);
- c)* Impedir que suportes de dados possam ser lidos, copiados, alterados ou retirados sem autorização (controlo dos suportes de dados);
- d)* Impedir a introdução não autorizada de dados, bem como qualquer consulta, alteração ou supressão não autorizadas de dados pessoais armazenados (controlo da conservação);
- e)* Impedir que sistemas automatizados de tratamento de dados possam ser utilizados por pessoas não autorizadas através de instalações de transmissão de dados (controlo da utilização);
- f)* Garantir que as pessoas autorizadas a utilizar um sistema automatizado de tratamento de dados só tenham acesso aos dados abrangidos pela sua autorização de acesso através de identidades de utilizador pessoais e únicas e de modos de acesso confidenciais (controlo do acesso aos dados);
- g)* Garantir que todas as autoridades com direito de acesso à plataforma ou às instalações de tratamento de dados criem perfis que descrevam as funções e responsabilidades das pessoas autorizadas a ter acesso, introduzir, actualizar, suprimir e consultar os dados, e ponham esses perfis à disposição da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) sem demora e a pedido desta (perfis do pessoal);
- h)* Garantir a possibilidade de verificar e determinar a que entidades podem ser transmitidos os dados pessoais por meio de equipamento de transmissão de dados (controlo da transmissão);
- i)* Garantir que se possa verificar e determinar a posteriori quais os dados pessoais introduzidos nos sistemas automatizados de tratamento de dados, quando, por quem e com que finalidade (controlo da introdução);
- j)* Impedir, designadamente por meio de técnicas de cifragem adequadas, que os dados possam ser lidos, copiados, alterados ou suprimidos sem autorização durante a transmissão de dados pessoais ou o transporte dos suportes de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

dados (controlo do transporte);

- l) Controlar a eficácia das medidas de segurança referidas no presente número e tomar as medidas organizativas necessárias relacionadas com o controlo interno de forma a assegurar a conformidade com a presente lei.

Artigo 7.º

Controlo da utilização

- 1 - Todos os acessos e todos os intercâmbios de dados pessoais através da plataforma são devidamente registados, por forma a verificar a legalidade da consulta e a legalidade do tratamento de dados, proceder ao auto-controlo e assegurar o bom funcionamento da plataforma, bem como a integridade e a segurança dos dados.
- 2 - Os registos contém obrigatoriamente o historial das consultas, a data e a hora da transmissão dos dados, os dados utilizados para proceder a uma consulta, a referência aos dados transmitidos e os nomes da autoridade competente e do utilizador.
- 3 - Compete à CNPD proceder à fiscalização da forma como são efectuadas consultas e dado cumprimento às disposições legais sobre o tratamento de dados.

Artigo 8.º

Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal

- 1 - O controlo do Sistema Integrado de Informação Criminal é assegurado pelo Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal (CFSIIC), eleito pela Assembleia da República, sem prejuízo dos poderes de fiscalização deste órgão de soberania, nos termos constitucionais, bem como das competências da CNPD.
- 2 - O Conselho de Fiscalização será composto por três cidadãos de reconhecida idoneidade e no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, eleitos pela Assembleia



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

da República por voto secreto e maioria de dois terços dos deputados presentes, não inferior à maioria dos deputados em efectividade de funções.

3 - A eleição dos membros do Conselho é feita por lista, nominal ou plurinominal, consoante for um ou mais o número de mandatos vagos a preencher, e é válida por um prazo de quatro anos.

4 - O CFSIIC acompanha e fiscaliza a actividade do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna bem como dos órgãos de polícia criminal no tocante ao intercâmbio de dados e informações através do Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC), velando pelo cumprimento da Constituição e da lei, particularmente do regime de direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos.

5 - Compete, em especial, ao CFSIIC:

- a) Apreciar os relatórios concernentes à implementação e utilização do SIIC por cada um dos órgãos de polícia criminal;
- b) Receber, do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, com regularidade bimensal, informação sobre o cumprimento das normas legais que enquadram a criação da Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal, podendo solicitar e obter os esclarecimentos e informações complementares que considere necessários ao cabal exercício dos seus poderes de fiscalização do SIIC;
- c) Efectuar visitas de inspecção destinadas a colher elementos sobre o modo de funcionamento e a actividade, no que toca ao SIIC, do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e dos órgãos de polícia criminal;
- d) Solicitar elementos que entenda necessários ao exercício das suas competências ou ao conhecimento de eventuais irregularidades ou violações da lei;
- e) Emitir pareceres com regularidade mínima anual sobre o funcionamento do SIIC a apresentar à Assembleia da República;
- f) Propor ao Governo a realização de procedimentos inspectivos, de inquérito ou sancionatórios em razão de ocorrências cuja gravidade o justifique;
- g) Pronunciar-se sobre quaisquer iniciativas legislativas que tenham por objecto o SIIC.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

6 - O Conselho de Fiscalização funciona junto à Assembleia da República, que lhe assegura os meios indispensáveis ao cumprimento das suas atribuições e competências.

7 - Em matéria de condições de funcionamento, posse e renúncia, imunidades, deveres, direitos e regalias são aplicáveis ao CFSIIC e aos respectivos membros as disposições do n.º 4 do artigo 9.º e dos artigos 10.º, 11.º, 12.º e 13.º da Lei n.º 30/84, de 5 de Setembro, na redacção decorrente da Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de Novembro.

Artigo 9.º

Fornecimento de dados e informações

1 - Através da plataforma podem ser:

a) Acedidos directamente, com respeito pelo princípio da necessidade consagrado no n.º 2 do artigo 3.º, dados e informações não cobertos pelo segredo de justiça;

b) Requeridos dados e informações cobertos pelo segredo de justiça.

2 - Cada órgão de polícia criminal assegura que não são aplicadas ao fornecimento de dados solicitados através da plataforma condições mais restritivas do que as aplicadas ao fornecimento de dados e informações ao nível interno, em iguais circunstâncias.

3 - O intercâmbio de dados e informações, nos termos da presente lei, não depende de acordo ou autorização da autoridade judiciária quando a autoridade requerida possa, nos termos legalmente previstos, ter acesso aos dados sem tal requisito.

4 - Nos casos em que o acesso a dados ou informações dependa legalmente de acordo ou de autorização de autoridade judiciária, deve o mesmo ser solicitado pela autoridade requerida à autoridade judiciária competente, por forma a ser decidido de acordo com regras idênticas às aplicáveis ao órgão de polícia criminal requerido.

5 - Os dados acessíveis através da plataforma são introduzidos, actualizados e apagados unicamente pelos utilizadores dos sistemas de cada órgão de polícia criminal, de acordo com a legislação específica que os regula.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- 6 - Os dados e informações são acedidos através de meios electrónicos apenas nas condições autorizadas pela presente lei.

Artigo 10.º

Perfis de acesso

- 1 - O acesso à plataforma faz-se de acordo com os seguintes perfis:
- a) Perfil 1 – reservado aos responsáveis máximos de cada órgão de polícia criminal;
 - b) Perfil 2 - reservado às chefias das unidades de investigação criminal de cada entidade participante na plataforma;
 - c) Perfil 3 - reservado aos utilizadores que desempenhem funções de analistas.
- 2 - São estabelecidos simultaneamente perfis estruturados horizontalmente, por forma a que o acesso à plataforma tenha em conta as distintas atribuições e competências dos órgãos de polícia criminal decorrentes da Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto, e demais legislação aplicável.
- 3 - São aprovados pelo Conselho Coordenador dos Órgãos de Polícia Criminal os mecanismos institucionais apropriados de atribuição de perfis, as regras de registo do uso e de auditoria de acessos, bem como os demais procedimentos de segurança que garantam o cumprimento do disposto no artigo 6.º
- 4 - As autoridades judiciárias competentes podem, a todo o momento e relativamente aos processos de que sejam titulares, aceder à informação constante do sistema integrado de informação criminal.

Artigo 11.º

Prazos em caso de acesso indirecto

- 1 - Quando a obtenção da informação não possa ocorrer mediante acesso directo, o órgão de polícia criminal requerido institui os mecanismos que permitam responder



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

no prazo máximo de oito horas aos pedidos de dados e informações.

- 2 - Se o órgão de polícia criminal detentor da informação não puder responder no prazo de oito horas, deve indicar as razões dessa impossibilidade temporária, caso em que fixa o respectivo prazo de resposta.

Artigo 12.º

Pedidos de dados e informações

- 1 - Podem ser solicitados dados e informações para fins de prevenção ou investigação criminal quando haja razões factuais que justifiquem o pedido, devendo neste ser indicadas tais razões factuais e explicitados os fins para os quais são solicitados os dados e informações, bem como a relação entre esses fins e a pessoa a que dizem respeito os dados e informações.
- 2 - A entidade requerente deve abster-se de solicitar mais dados ou informações do que os necessários para os fins a que se destina o pedido.
- 3 - Os pedidos de dados ou informações devem incluir os elementos fixados em formulários aprovados, nos termos do artigo 14.º da Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto, pelo Conselho Coordenador dos Órgãos de Polícia Criminal.

Artigo 13.º

Protecção de dados

- 1 - Os dados pessoais tratados no âmbito da aplicação da presente lei são protegidos em conformidade com a Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.
- 2 - Cada entidade utilizadora da plataforma deve garantir o cumprimento das regras legais e dos procedimentos suplementares específicos aprovados pelo Conselho Coordenador dos Órgãos de Polícia Criminal em matéria de protecção de dados intercambiados através da plataforma.
- 3 - Fica igualmente subordinada às disposições legais em vigor em matéria de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

protecção de dados a utilização de dados e informações que tenham sido obtidos, ao abrigo da presente lei, através da plataforma.

- 4 - Os dados e informações, incluindo os dados pessoais, obtidos ao abrigo da presente lei só podem ser utilizados pelas entidades que as obtiveram para os fins para que foram fornecidos, ou para prevenir ameaças graves e imediatas à segurança interna.

Artigo 14.º

Confidencialidade

- 1 - As entidades que obtenham dados e informações através da plataforma respeitam, em cada caso específico, as exigências de segredo de justiça, garantindo a confidencialidade de todos os dados e informações fornecidos com tal classificação.
- 2 - As pessoas que, no exercício das suas funções, obtenham dados e informações através do sistema integrado de informação criminal ficam sujeitas a sigilo profissional, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.

TÍTULO III

Disposições finais

Artigo 15.º

Planeamento e execução

- 1 - O Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna submete à apreciação e aprovação do Conselho Coordenador dos Órgãos de Polícia Criminal:
 - a) O estudo de concepção da plataforma para o intercâmbio de informação criminal entre órgãos de polícia criminal, contendo todas as especificações tecnológicas do projecto;
 - b) O protótipo ilustrativo da arquitectura, organização e funcionamento da plataforma nas condições previstas na presente lei;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- c) Os procedimentos suplementares específicos aplicáveis à plataforma com vista ao reforço das condições de protecção de dados;
- d) O plano de acções a levar a cabo para o desenvolvimento de um sistema-piloto bem como para o respectivo alargamento aos órgãos de polícia criminal.
- 2 - O Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna apresenta ao Conselho Coordenador dos Órgãos de Polícia Criminal a lista integral dos sistemas de informação existentes e acessíveis em cada órgão de polícia criminal à data da entrada em vigor da presente lei, bem como, periodicamente, informação actualizada sobre novas aplicações que possam vir a ser acedidas através da plataforma.
- 3 - Os mecanismos institucionais apropriados de atribuição de perfis, as regras de registo do uso e de auditoria de acessos, os formulários previstos no n.º 3 do artigo 11.º, os procedimentos suplementares específicos previstos no n.º 2 do artigo 12.º, bem como todos os procedimentos de segurança são submetidos ao prévio parecer da CNPD.

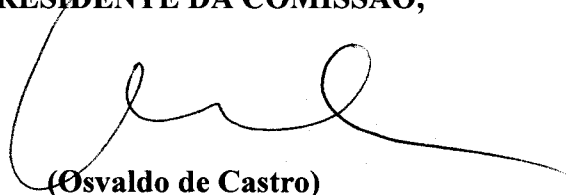
Artigo 15.º

Produção de efeitos

Nos termos do n.º 2 do artigo 167.º da Constituição da República, o disposto no n.º 6 do artigo 8.º em matérias com implicações orçamentais produzirá efeitos com a entrada em vigor do Orçamento de Estado para o ano de 2010.

Palácio de S. Bento, em 23 de Junho de 2009

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,


(Osvaldo de Castro)



GRUPO PARLAMENTAR

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CACDLG	
N.º Único	317185
Entredado/Arbitro n.º	564 Data: 23/06/2009

PROPOSTA DE LEI N.º 278/X/4ª

“Estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal”

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO

Artigo 3º

(...)

1 – (...).

2 – (...).

3 – O fornecimento de dados e informações deve limitar-se àquilo que for considerado relevante e necessário para o êxito da prevenção ou investigação criminal no caso concreto.

4 – (actual n.º 3).

5 – (actual n.º 4).

Artigo 7.º-A

Comissão de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal

1 – Sem prejuízo das competências da Comissão Nacional de Protecção de Dados, o Sistema Integrado de Informação Criminal é fiscalizado pela Comissão de Fiscalização (CFSIIC), constituída por três magistrados do Ministério Público, que elegem entre si o presidente.

2 - A CFSIIC tem sede na Procuradoria-Geral da República, que assegura os serviços de apoio necessários, sendo os seus membros designados e empossados pelo Procurador-Geral da República, aplicando-se-lhes, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 11º a 13º da Lei n.º 30/84,



GRUPO PARLAMENTAR

de 5 de Setembro, na redacção dada pela Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de Novembro.

3 - A CFSIIC acompanha e fiscaliza a actividade do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, bem como dos órgãos de polícia criminal no tocante ao intercâmbio de dados e informações através do Sistema Integrado de Informação Criminal, velando pelo cumprimento da Constituição e da lei, particularmente do regime de direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos.

4 - Compete, em especial, à CFSIIC:

- a) Apreciar os relatórios concernentes à implementação e utilização do SIIC por cada um dos órgãos de polícia criminal;**
- b) Receber, do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, com regularidade bimensal, informação sobre o cumprimento das normas legais que enquadram a criação da Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal, podendo solicitar e obter os esclarecimentos e informações complementares que considere necessários ao cabal exercício dos seus poderes de fiscalização do SIIC;**
- c) Efectuar visitas de inspecção destinadas a colher elementos sobre o modo de funcionamento e a actividade, no que toca ao SIIC, do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e dos órgãos de polícia criminal;**
- d) Solicitar elementos que entenda necessários ao exercício das suas competências ou ao conhecimento de eventuais irregularidades ou violações da lei;**
- e) Emitir pareceres com regularidade mínima anual sobre o funcionamento do SIIC a apresentar à Assembleia da República;**



GRUPO PARLAMENTAR

f) **Propor ao Governo a realização de procedimentos inspectivos, de inquérito ou sancionatórios em razão de ocorrências cuja gravidade o justifique;**

g) **Pronunciar-se sobre quaisquer iniciativas legislativas que tenham por objecto o SIIC.**

5 – A CFSIIC deve ordenar o cancelamento ou a rectificação de dados recolhidos que envolvam violação dos direitos, liberdades e garantias consignados na Constituição e na lei e, se for caso disso, exercer a correspondente acção penal.

Artigo 8º

(...)

1 – (...):

a) **Acedidos directamente, com respeito pelo princípio da necessidade consagrado no n.º 2 do artigo 3º, dados e informações não cobertos pelo segredo de justiça;**

b) (...).

2 – (...).

3 – O intercâmbio de dados e informações, nos termos da presente lei, não depende de acordo ou autorização judicial **da autoridade judiciária** quando a autoridade requerida possa, nos termos legalmente previstos, ter acesso aos dados sem tal requisito.

4 – (...).

5 – (...).

6 – (...).

Artigo 9º

(...)

1 – (...).

2 – (...).



GRUPO PARLAMENTAR

3 – (...).

4 – As autoridades judiciárias competentes podem, a todo o momento, e ~~relativamente aos processos de que sejam titulares~~ **para satisfação das suas necessidades de intervenção processual**, aceder à informação constante do sistema integrado de informação criminal.

Artigo 10º

(...)

1 – (...).

2 – (...).

3 – **Eliminar.**

Artigo 15º

Alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto

O artigo 11º da Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

“Artigo 11º

(...)

1 – (...).

2 – (...).

3 – As autoridades judiciárias competentes podem, a todo o momento, ~~e relativamente aos processos de que sejam titulares~~ **para satisfação das suas necessidades de intervenção processual**, aceder à informação constante do sistema integrado de informação criminal

4 – (...).”

Artigo 16º

Produção de efeitos



GRUPO PARLAMENTAR

O disposto no n.º 2 do artigo 7ºA que tenha implicações orçamentais produzirá efeitos com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2010.

Palácio de São Bento, 23 de Junho de 2009

Os Deputados do PSD,



ASSEMBLEIA DA REPUBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CACDLG	
N.º Único	315 316
Entrada/Saida n.º	523
Data:	08/06/2009

PROPOSTA DE LEI N.º 278/X/4ª

“Estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal”

PROPOSTAS DE ADITAMENTO

Artigo 8.º (NOVO)

Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal

1 - O controlo do Sistema Integrado de Informação Criminal é assegurado pelo Conselho de Fiscalização (CFSIIC), eleito pela Assembleia da República, sem prejuízo dos poderes de fiscalização deste órgão de soberania, nos termos constitucionais, bem como das competências da Comissão Nacional de Protecção de Dados.

2 - O Conselho de Fiscalização será composto por três cidadãos de reconhecida idoneidade e no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, eleitos pela Assembleia da República por voto secreto e maioria de dois terços dos deputados presentes, não inferior à maioria dos deputados em efectividade de funções.

3 - A eleição dos membros do Conselho é feita por lista, nominal ou plurinominal, consoante for um ou mais o número de mandatos vagos a preencher, e é válida por um prazo de quatro anos.

4-O CFSIIC acompanha e fiscaliza a actividade do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna bem como dos órgãos de polícia criminal no tocante ao intercâmbio de dados e informações através do Sistema Integrado de Informação Criminal, velando pelo cumprimento da Constituição e da lei, particularmente do regime de direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos.

2 - Compete, em especial, ao CFSIIC:

- a) Apreciar os relatórios concernentes à implementação e utilização do SIIC por cada um dos órgãos de polícia criminal;
- b) Receber, do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, com regularidade bimensal, informação sobre o cumprimento das normas legais que enquadram a criação da Plataforma para o Intercâmbio de

atribuído a
08-06-2009
deleto



Informação Criminal, podendo solicitar e obter os esclarecimentos e informações complementares que considere necessários ao cabal exercício dos seus poderes de fiscalização do SIIC;

c) Efectuar visitas de inspecção destinadas a colher elementos sobre o modo de funcionamento e a actividade, no que toca ao SIIC, do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e dos órgãos de polícia criminal;

d) Solicitar elementos que entenda necessários ao exercício das suas competências ou ao conhecimento de eventuais irregularidades ou violações da lei;

e) Emitir pareceres com regularidade mínima anual sobre o funcionamento do SIIC a apresentar à Assembleia da República;

f) Propor ao Governo a realização de procedimentos inspectivos, de inquérito ou sancionatórios em razão de ocorrências cuja gravidade o justifique;

h) Pronunciar-se sobre quaisquer iniciativas legislativas que tenham por objecto o SIIC.

5 - O Conselho de Fiscalização funciona junto à Assembleia da República, que lhe assegura os meios indispensáveis ao cumprimento das suas atribuições e competências.

6- Em matéria de condições de funcionamento, posse e renúncia, imunidades, deveres, direitos e regalias são aplicáveis ao CFSIIC e aos respectivos membros as disposições dos artigos 9.º, n.º 4, 10.º, 11.º, 12.º e 13.º da Lei n.º 30/84, de 5 de Setembro, na redacção decorrente da Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de Novembro.

Artigo 15.º (NOVO)

Produção de efeitos

Nos termos do n.º 2 do artigo 167.º da Constituição da República, o disposto no n.º 6 do artigo 8.º em matérias com implicações orçamentais produzirá efeitos com a entrada em vigor do Orçamento de Estado para o ano de 2010.

Palácio de S. Bento, 8 de Junho de 2009

Os Deputados,



PROPOSTA DE LEI N.º 278/X/4ª

“Estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal”

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO

Artigo 4.º

[...]

1. [...]
 - a. [...]
 - b. [...]
 - c. **Uma componente técnica de apoio aos interfaces e ao acesso à informação;**
 - d. [...]
2. [...]

Artigo 5.º

[...]

1. [...]
2. [...]
3. **A criação e a gestão da rede virtual cifrada dedicada através da qual deve ser realizado o intercâmbio seguro de dados entre os utilizadores da plataforma são da responsabilidade conjugada dos serviços de informática e comunicações dos órgãos de polícia criminal.**

Palácio de S. Bento, 15 de Junho de 2009

Os Deputados,

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CACDLG	
N.º Único	<u>316064</u>
Entrada/Saida n.º	<u>539</u> Data: <u>16/06/2009</u>

Distribuído a
16-06-2009 *Edite*

Partido Popular
CDS-PP
Grupo Parlamentar



Proposta de Lei n.º 278/X

“Estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal”

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

Artigo 7º

[...]

1 -

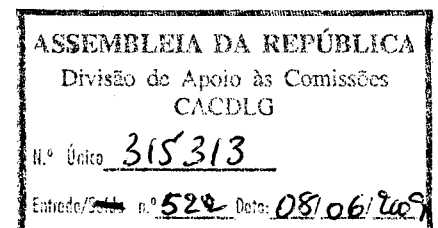
2 -

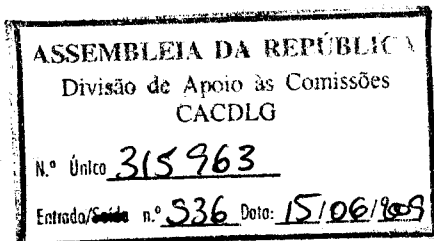
3 -

4 - A Comissão Nacional de Protecção de Dados apresenta anualmente, à Assembleia da República, um relatório sobre os acessos e intercâmbios registados, sobre a forma como são efectuadas as consultas, e, bem assim, sobre eventuais incumprimentos das disposições legais sobre tratamento de dados e quais as medidas correctivas propostas”.

Palácio de S. Bento, 8 de Junho de 2008.

Os Deputados,





Partido Popular
CDS-PP
Grupo Parlamentar



Proposta de Lei n.º 278/X

“Estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal”

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO

Artigo 10º

[...]

1 -

2 -

3 -

4 - O fornecimento de dados e informações previsto nos números anteriores pode ser recusado quando afecte interesses essenciais da segurança nacional, coloque em risco uma investigação criminal em curso ou a segurança das pessoas nela envolvidas, quando as autoridades judiciais o não autorizem, em função dos objectivos da investigação em curso, se revele manifestamente despropositado em relação aos fins para os quais foi solicitado ou quando a lei expressamente o preveja, desde que devidamente fundamentado.

Artigo 13º

[...]

1 - As entidades que obtenham dados e informações através da plataforma respeitam, em cada caso específico, **as respectivas competências orgânicas e**, as exigências de segredo de justiça, garantindo a confidencialidade de todos os dados e informações fornecidos com tal classificação”.

Palácio de S. Bento, 15 de Junho de 2008.

Os Deputados,